

A AMAZÔNIA NA IMPRENSA DO BRASIL IMPÉRIO: DOS VIAJANTES À CONSOLIDAÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL (1822-1880)

Amazonia in the press of Brazil empire: from travelers to the consolidation of national sovereignty (1822-1880)

La Amazonia en la prensa del Brasil imperio: de los viajeros a la consolidación de la soberanía nacional (1822-1880)

Luís Francisco Munaro¹

RESUMO

Este artigo propõe uma busca pela Amazônia na imprensa do Brasil império. A partir da identificação de periódicos em que a palavra-chave Amazônia apareceu no sistema de buscas da Hemeroteca Digital, investiga como ela se transformou de vocábulo usado pelos viajantes para definir a hinterlândia num topônimo capaz de destacar pertencimento a uma identidade política regional. A busca elencou 17 títulos de jornais dispersos pelo território brasileiro, entre os anos de 1822 e 1880, e faz parte de um estudo mais amplo, relativo a como a Amazônia se fundou e buscou construir a sua própria identidade política no mundo moderno, num processo de tensão constante entre região e nação. O estudo toma como ponto de partida os pressupostos teóricos relativos à “história conceitual” de Reinhardt Koselleck (2006), segundo a qual os conceitos são aspectos fundantes da sociedade e da ação política, permitindo o agrupamento de vastos coletivos em torno de projetos políticos em comum. O conceito Amazônia passa a identificar, através da difusão e consolidação da palavra impressa, um recorte espacial no qual indivíduos, em geral pertencentes a círculos elitizados, reclamam o pertencimento a uma determinada identidade política e cultural.

PALAVRA-CHAVE: Amazônia; História da Imprensa; Brasil Império; Hemeroteca Digital; História dos conceitos.

¹ Doutor em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduado em História e em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Docente do Curso de Comunicação Social e do Mestrado em Comunicação na Universidade Federal de Roraima. E-mail: luismunaro@ufr.br.

ABSTRACT

This article proposes a search for the Amazon in the press of Brazil empire. Based on the identification of periodicals in which the keyword *Amazônia* appeared in the search system of the Digital Library, it investigates how Amazonia became a word used by travelers to define hinterland into a name capable of determine belonging to a regional political identity. The search listed 17 newspaper titles scattered across Brazilian territory, between the years 1822 and 1880, and is part of a broader study, related to how the Amazon was founded and sought to build its own political identity in the modern world, in a process of constant tension between region and nation. The study takes as its starting point the theoretical assumptions related to Reinhardt Koselleck's "conceptual history" (2006), according to which concepts are fundamental aspects of society and political action, allowing the grouping of vast collectives around political projects in common. The Amazon concept starts to identify, through the diffusion and consolidation of the printed word, a spatial cutout in which individuals, generally belonging to elite circles, claim belonging to a certain political and cultural identity.

KEYWORD: Amazon; History of the Press; Brazil Empire; Digital Library; History of concepts.

RESUMEN

Este artículo propone una búsqueda del Amazonas en la prensa del imperio brasileño. A partir de la identificación de publicaciones periódicas en las que apareció la palabra clave *Amazônia* en el sistema de búsqueda de la Hemeroteca Digital, se investiga cómo se convirtió en una palabra utilizada por los viajeros para definir hinterland en un topónimo capaz de resaltar la pertenencia a una identidad política regional. La búsqueda enumeró 17 títulos de periódicos repartidos por todo el territorio brasileño, entre los años 1822 y 1880, y es parte de un estudio más amplio, relacionado con cómo se fundó la Amazonía y buscó construir su propia identidad política en el mundo moderno, en un proceso de tensión constante entre región y nación. El estudio toma como punto de partida los supuestos teóricos relacionados con la "historia conceptual" de Reinhardt Koselleck (2006), según los cuales los conceptos son aspectos fundamentales de la sociedad y la acción política, permitiendo la agrupación de vastos colectivos en torno a proyectos políticos en común. El concepto de Amazonia comienza a identificar, a través de la difusión y consolidación de la palabra impresa, un recorte espacial en el que los individuos, generalmente pertenecientes a círculos de élite, reclaman pertenecer a una determinada identidad política y cultural.

PALABRAS CLAVE: Amazonas; Historia de la Prensa; Imperio de Brasil; Librería digital; Historia de conceptos

Introdução

Este artigo compõe parte de uma busca pelo surgimento de narrativas sobre a Amazônia no interior da imprensa nacional e regional. O tema regional aparece como uma forma de reivindicação de papel na construção nacional e, ao mesmo tempo, de reforço dos vínculos culturais e históricos num espaço intermediário entre a nação e o local. Trata-se de um espaço em constante processo de construção ao longo dos séculos XIX e XX, a despeito da relativa autonomia fornecida ao *topos* Amazônia pela literatura dos viajantes. Muito embora o discurso dos viajantes tenha recebido vários e valorosos estudos, dentre os quais os de Neide Gondim (1994), Ana Pizarro (2012) e João Carlos de Carvalho (2001), a busca por uma percepção endógena da Amazônia, sobretudo no século XIX, ainda é escassa. Nem tampouco foram estudados os textos que se perderam no amontoado de páginas impressas produzidas no Brasil inteiro, que, lentamente, passaram a tematizar a Amazônia, ou dar-lhe um

significado no interior do Brasil. O objetivo deste estudo se encaminha neste sentido: garimpar, através de uma busca pelo acervo digital da Hemeroteca Digital Nacional, as menções ao vocábulo Amazônia que apareceram na imprensa nacional. Apesar de o sistema de busca digital guardar suas falhas, por vezes ignorando letras ilegíveis, ou frequentemente confundindo “Amazônia” com “Amazonas”, ele ajuda a demonstrar a crescente tematização do espaço amazônico, conforme aumenta a preocupação imperial com a constituição e manutenção das fronteiras brasileiras diante de pressões de, sobretudo, Estados Unidos, Inglaterra e França.

Aos vocábulos revelados pela busca digital, em periódicos diversos no Brasil inteiro, seguiu-se tentativa de compreensão contextual, mas sobretudo orientada pela análise interna da narrativa e de sua transformação ao longo do século XIX, acompanhando a consolidação da consciência nacional brasileira. Optou-se por perceber a Amazônia como um conceito capaz de

mobilizar indivíduos em torno de projetos políticos comuns, constituindo-se como aspecto fundante da sociedade, na esteira do que sugeriu Reinhardt Koselleck (2006). Conforme se cria, no interior das discussões na imprensa e política brasileiras, uma ideia mais nítida da Amazônia, também se catalisam ações para a racionalização e ocupação do seu território. As narrativas na imprensa são um aspecto central da formação das nações modernas, e fazem parte do seu processo de definição identitária ao permitir que vastos conjuntos dispersos de indivíduos anônimos se filiem a uma mesma percepção do espaço e do tempo (ANDERSON, 1989). Ainda que seu estudo seja muitas vezes preterido em detrimento da literatura, elas revelam de forma mais sensível as várias nuances do imaginário nacional, ainda mais se estudadas diacronicamente.

Este artigo se apresenta em três partes: uma primeira para identificar o conceito de Amazônia em seu nascedouro europeu e sua instalação no Brasil a partir das Cortes Constitucionais

de Lisboa em 1820, bem como para rápida contextualização da Amazônia no interior do Império do Brasil; uma segunda parte para identificar as menções ainda vagas à Amazônia através da literatura produzida pelos viajantes; e uma terceira para demonstrar como Amazônia gradativamente passa a ser identificada como um aspecto estratégico para a identidade brasileira em sua busca por afastar-se das outras nações latino-americanas. O estudo constatou a crescente importância da temática amazônica na imprensa do século XIX: num primeiro momento, locus de curiosidade etnográfica, apresentando-se mais pela pena estrangeira que pelos estudos de viajantes e estudiosos brasileiros; num segundo, com a aproximação de nações estrangeiras no bojo do fortalecimento da Revolução Industrial, a partir da necessidade da ocupação da região, de sua conversão em uma economia próspera e, principalmente, navegação dos seus rios por meio dos navios vapores; por fim, confirmando-se o uso industrial da

borracha e seu potencial comercial, a Amazônia se apresenta como região que antecipa o futuro nacional, sendo a navegação internacional enxergada como via de acesso do Brasil para a civilização.

1 Forjando um conceito

A tentativa de imprimir à *Amazônia* um significado no interior do reino espanhol ou português, derivou desde o seu nascedouro do conflito entre o mundo natural e a ação humana guiada ora pela busca do Eldorado, ora pela busca de drogas do sertão. Obras tão diversificadas quanto a do Frei Gaspar de Carvajal, escrita durante a viagem de Orellana entre 1541 e 1542, e de Charles La Condamine, em viagem a serviço da Academia Francesa entre 1735 e 1740, ilustram esse itinerário no qual se procuram sentidos para um território distante do imaginário europeu. No caso do espanhol Lope de *Aguirre* (1560), como retratado pelo filme de Werner Herzog (1972), o aventureiro começou um exercício de nomeação, disparando sobre uma terra estranha conjuntos de

nomenclaturas que lhe dariam, de alguma forma, um estatuto de existência. As coisas passavam a existir conforme recebiam um nome e a mata se tornava mais nítida para o olhar estrangeiro. Cristóbal de Acuña, quando em viagem liderada por Pedro Teixeira, em 1637, deu títulos aos rios, descreveu povoados, racionalizou as várias populações indígenas e as classificou segundo sua amizade com os intrusos portugueses. A mundivisão europeia se chocava com um panorama para o qual havia nítida limitação de recursos compreensivos. Daí o uso ativo dos mitos que, persistentemente, como no caso da Terra da Canela e da tribo das amazonas, continuaram a existir até meados do século XVIII e se tornaram fundamentais para a orientação do europeu na região. Nesse caso, a toponímia remete, como lembra Neide Gondim, ao imaginário medieval e ao constante refluxo de elementos mitológicos da Antiguidade, entrecruzando-se o terror pelo desconhecido e a vontade de descobrimento e enriquecimento no

início da Idade Moderna (1994). A ideia mercantil de encontrar ouro se aproximava e penetrava na mitologia cristã do Éden escondido em algum lugar da Terra. O mito que deu origem à nomenclatura da região garante também uma tomada de posse do espaço (CLAVAL, 2014, p. 197). A terra povoada pelas amazonas guardava riquezas, elas eram as mulheres guardiãs, tão ferozes quanto encantadoras. Mesmo La Condamine, dois séculos mais tarde, admitiu a existência destas guerreiras. Contudo, para este primeiro expedicionário propriamente ilustrado, a terra das amazonas se tornou a região da “bacia amazônica”, na primeira menção registrada a uma região geofísica delimitada pelo curso do grande rio Amazonas. A bacia conformaria não apenas o escoamento das águas e formação da vegetação, mas também a cultura. A ideia de um homem umbilicalmente atado ao rio se tornou o ponto de partida para a percepção do amazônico, seja o homem local cuja realidade se cinge à comunidade

ribeirinha ou o homem urbano que se imagina conectado com outros homens localizados em cidades distantes na mesma bacia hidrográfica.

Depois dos mapas esboçados pelo Padre Samuel Fritz em 1707, os primeiros sobre a região que se conhece, a Coroa portuguesa buscou, por meio do governo de Mendonça Furtado (1751-1759) no Grão-Pará, construir linhas divisórias definitivas e fixar um território intransponível para as nações estrangeiras, já que tornadas propriedade da Coroa Portuguesa. Pela primeira vez, a Amazônia adquiria um sentido territorial, era abrangida por um espaço dentro do Reino Português. Contudo, ela ainda era considerada sinônimo de uma província, o Grão-Pará, diretamente subordinada à Coroa, tendo apenas uma cidade expressiva, núcleo de sua atividade política, que era Belém. Mesmo assim, é possível perceber que o paraense começou a construir seu sentimento de pertença numa identidade regional, vinculada à herança cultural e histórica que dizia respeito à luta contra a floresta,

ao desbravamento dos pioneiros, à bravura da guerra contra o indígena em proveito da civilização. A extensa discussão sobre a *região* se faz presente na imprensa que tem como ponto inaugural, no Grão-Pará, o jornal *O Paraense*, iniciativa de José Felipe Patroni em 1822, no bojo das discussões constitucionalistas em Portugal. O universo político paraense ainda não compreendia a ideia de uma Amazônia propriamente dita. O Grão-Pará era administrado pela Coroa portuguesa, sua narrativa histórica não apenas configurava um vínculo com a terra de Camões como se afastava da ideia de uma terra de indígenas. Esta discussão inaugural, que nos interessa mais de perto, demarcou a tentativa de uma elite autóctone, da qual o coimbrão José Felipe Patroni é a maior expressão, em descobrir o seu lugar no mundo moderno. Patroni, tanto quanto João Batista Campos, seu sucessor no jornal *O Paraense*, almejavam ampliar o sentido político de um lugar então em gestação, situado no limiar de um antigo e outrora

poderoso reino, Portugal, e um novo e incerto império, o recém independente Brasil (COELHO, 1993). Tratava-se de descobrir se era mais viável para os paraenses (não se fala aqui em amazônicos e nem muito menos em amazônidas) vincular-se ao Brasil ou a Portugal. Não havia uma história subjacente ao Brasil que o credenciasse à emancipação com relação ao reino de Portugal. Este problema foi desgastante para as elites brasileiras que buscavam imaginar um sentido político para o Brasil, dentre os quais estavam Hipólito José da Costa e José Bonifácio de Andrada e Silva.

Se é, portanto, possível falar na edificação de uma modernidade amazônica, numa identidade regional em tensão com um espaço nacional, ela se apresenta quando elites políticas situadas em Belém passaram a imaginar qual a sua postura diante de discursos em conflito relativamente a Brasil e a Portugal no contexto da independência política do Brasil. Qualquer que fosse a “escolha”, estas elites embrionárias precisavam se

cercar de referenciais letrados, garantir um pertencimento cultural, inventar tradições e demonstrar a sua permeabilidade à civilização, sua capacidade de se aproximar da narrativa nacional. O livro “Rios de Palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia” (MUNARO, 2017), buscou identificar as primeiras iniciativas tipográficas nos sete estados da região norte do Brasil, contendo, de forma ainda incipiente, uma preocupação com a questão amazônica. Ele trouxe à luz importantes elementos para pensar o surgimento da imprensa na região amazônica e, portanto, da Amazônia como uma região capaz de imaginar a si mesma. O livro descobriu ter sido fundamental para o surgimento de uma identidade política regional o processo lento de instalação de municípios e máquinas tipográficas nos interiores, tendo como ponto de partida Manaus em 1851. O antigo Lugar da Barra se transformou num hub capaz de conectar toda a extensa bacia hidrográfica amazônica e permitiu que elites distantes umas das outras

passassem a alimentar um vocabulário comum, vinculado à luta pela terra, dentro do espaço amazônico. A partir daqui percebe-se com maior clareza a noção de região que aproxima elites situadas em Belém e Manaus, e logo depois em Rio Branco, Porto Velho, Santarém, Itacoatiara e Parintins.

A criação de cada pequeno município, fato típico ao longo do ciclo da borracha, exigiu a presença de um prelo, a começar por Manaus, onde se imprimiu, em 1851, o jornal *Cinco de Setembro*, transformado em 1854 no jornal *Estrela do Amazonas*. Este é um aspecto fundacional da atividade política no interior do território amazônico. O título do jornal remete à data em que o Amazonas foi desmembrado do Pará e elevado à categoria de província. O surgimento de uma elite burocrática e letrada em Manaus, gradativamente conectada a outros pontos da bacia hidrográfica por meio dos vapores que começaram a circular com as iniciativas de Barão de Mauá em 1852, indiciam esse processo de formação de uma elite, de

uma esfera pública embrionária e de uma identidade regional amazônica que passa a buscar suas *especificidades no interior do Brasil*. Elites distantes, num primeiro momento aquelas de Belém e Manaus, vincularam-se por meio da presença dos vapores, lembrando que, pouco tempo depois dos primeiros vapores, se seguiu a permissão de navegação internacional em 1866, com a presença cada vez mais contínua de companhias estrangeiras de navegação. Neste processo de construção da região foi fundamental a descoberta da utilização industrial para a borracha, que conectou a Amazônia ao circuito global de comércio e tornou intensos os movimentos migratórios de europeus e nordestinos. A região se consolidou, assim, intimamente vinculada à economia de aviamento induzida pela presença do comércio internacional (SANTOS, 1973).

Ao passo que a região buscava se consolidar, encontrando seu próprio sentido no mundo moderno ou num ambíguo Império do Brasil, a imprensa nacional, sobretudo “metropolitana”, pensava a Amazônia. Uma vez

proclamada a independência política em 1822, restava instituir um sentido para o brasileiro. Tarefa nada fácil, dado que o homem pensado pelo imaginário ilustrado era o homem europeu, senhor da razão e das letras. Hipólito da Costa, o primeiro jornalista brasileiro, escrevendo em Londres em 1808, equacionou, de forma um tanto pioneira, esta dificuldade, cunhando a expressão *braziliense*, que, em detrimento do brasileiro, nascido no Brasil, ou do brasileiro, ali fixado por interesses particulares, seria quem construiu uma identidade de pertencimento “naquela terra longínqua e sossegada” (MUNARO, 2018).

A partir de 1822, a identidade que ia se configurando entre as elites brasileiras apontava para um sentimento de antilusitanismo (NEVES, 2003), ou rejeição ao colonizador e às medidas recolonizatórias das Cortes de Lisboa. No caso do Grão-Pará, processava-se a ambiguidade: o desconforto com o predomínio de portugueses em todas as funções políticas de importância *versus* e a necessidade de filiar-se a um passado

comum português. A questão é explorada por Arthur César Reis (1946), quando busca demonstrar como o processo de filiação do Grão-Pará à independência brasileira foi contraditório e marcado por lutas que se estenderiam até a Cabanagem em 1835. A partir de 1823, com a filiação do Grão-Pará no Império do Brasil, tarefa facilitada por propagandistas da independência política como o jornalista João Batista Campos, passou-se a discutir mais diretamente o aproveitamento da região a partir da transformação do Rio de Janeiro em novo *locus* do poder, bem como se evidenciaram os interesses comerciais e de ocupação de Inglaterra e Estados Unidos.

Aos norte-americanos, as terras amazônicas se apresentavam como um território passível de ser explorado, mas que ainda esbarrava no protecionismo do governo brasileiro. A notícia destas aproximações de norte-americanos e ingleses, bem como também de franceses que mantinham o controle da Guiana, somada às várias revoltas regenciais,

demonstram o quão problemática foi, durante o império, a questão da integridade territorial, que se convertia numa questão de soberania e também de identidade nacional (NUNES, 2012). A grandeza do Brasil estava vinculada à dimensão do seu território e da sua capacidade de guardá-lo. Via-se, contudo, que o governo imperial e sua estrutura obsoleta estavam de mãos atadas para realizar incursões capazes de fornecer conhecimentos vastos sobre as várias partes do império ou então mesmo garantir sua ocupação. Neste contexto emergem, na imprensa e no Congresso, as discussões sobre a navegação do Amazonas.

Estas discussões impulsionaram a concessão para a navegação do Amazonas dada a Irineu Evangelista de Souza, acompanhada da cessão de terras para a fundação de 60 colônias nas margens dos rios (GREGÓRIO, 2008, p. 61). O Norte passou assim a ser inserido mais ativamente no conjunto do Brasil, quer dizer, sendo incorporado nas narrativas sobre a nação via questão da

soberania nacional. Neste processo, envolvem-se as elites provinciais alegando a necessidade de navegar para desenvolver e garantir a unidade do país. Esta discussão se tornou uma questão da efetiva abertura ao comércio internacional. A possibilidade da navegação internacional, a partir de 1867, com posterior venda da borracha, demarca a entrada mais efetiva do Brasil Império nesse novo jogo de forças do comércio internacional.

É preciso lembrar, por fim, que além do efetivo alinhamento aos interesses comerciais de Estados Unidos e Inglaterra, o Brasil buscava fortalecer a sua posição diante dos crescentes movimentos e ligas republicanas na América hispânica. O Império, formação política *sui generis* na América, buscava se apresentar como “civilizado” e “europeu”, a despeito do enorme potencial explosivo de sua imensa quantidade de escravos.

2 Os panoramas de viagens na imprensa brasileira

Uma rápida busca pela Hemeroteca Digital Nacional revelou o aumento progressivo das menções à “Amazônia” na imprensa nacional no período entre 1820 e 1880. Como já foi observado, esta busca digital, ainda que guarde limitações, permite entrever como a região foi efetivamente incorporada nas narrativas nacionais sobre o Brasil. Eis os números, separados por década:

Tabela 1: menções à amazônia na imprensa nacional

Década	Menções
1820	1
1830	6 ²
1840	11
1850	30
1860	36
1870	76

As menções vão absorvendo imagens, panoramas e narrativas sobre a Amazônia, num primeiro momento derivadas de expedições estrangeiras cujo destinatário é o homem europeu,

² Mais 97 menções repetidas, que configuram espaço de propaganda fixo no jornal.

aclimatadas e traduzidas para o gosto brasileiro e, num segundo, derivadas das iniciativas do governo imperial em oferecer um mapa mais preciso da região e assegurar o seu domínio. A busca indica pela primeira vez uma menção direta à Amazônia em 1838, a partir de séries de Artigos do Jornal *Panorama*, *Jornal Litterario e Instrutivo*, publicado em Lisboa entre 1837 e 1868. Trata-se de jornal que promete se isentar de tratar dos espinhosos temas políticos, dados os traumas da Vilafrancada em 1823, ficando circunscrito às ciências e literatura. A ele estão vinculados nomes expressivos do romantismo português como Alexandre Herculano e Casimiro de Abreu e também o historiador brasileiro Adolfo Varnhagen. O artigo, publicado em 17 de março de 1838, foi replicado pelo *Diário do Rio de Janeiro* (9 de agosto de 1838), e aborda questões específicas sobre a dimensão da Amazônia. As terras conjuntas de Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso são intituladas “Antiga Amazônia”:

Segundo os cálculos recentes de Balbi, o Brasil ocupa uma superfície de 2230000 milhas quadradas. Humboldt lhe dá a mesma extensão. No Atlas da América,

publicado por Buchon, é avaliada a sua superfície em 3050000 m quadrados, ou 19534000000 geiras, não fazendo Balbi e Humboldt entrar na conta a província Cisplatina, e a das Missões a leste do Uruguai. A banda ocidental, que compreende o Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso, províncias ainda mui pouco povoadas, encerra por si só, 138156 léguas quadradas de 20 ao grau. Esta região, chamada outrora a Antiga Amazônia, é muito maior do que a Rússia Europeia, não contendo, ao mesmo tempo, talvez mais de 600000 habitantes (Apud. Diário do Rio de Janeiro).

Outro fragmento do mesmo jornal português foi destacado pela *Chronica Maranhense* (20 de março de 1839, p. 4) e pelo *Correio Mercantil* (12 de janeiro de 1839) da Bahia, desta vez contendo mais dados numéricos sobre a “População, Caráter, usos e costumes dos habitantes”. Desta vez, a dificuldade de dar uma definição mais clara para a população brasileira derivava das inúmeras etnias indígenas que se espalhavam pelo Brasil, sobretudo na *Amazônia*. Estas populações ora se apresentam como um empecilho para as iniciativas civilizadoras, ora eram vistas como dóceis diante das pressões da modernidade, passíveis de serem absorvidas por meio do trabalho, no processo de tensão constante criado pelo

discurso da preguiça contra o labor. O fragmento lembra que “não há modo nenhum de ir fazer o recenseamento das numerosas tribos que habitam ainda na *Amazônia*, e nas vastas selvas das antigas capitanias de Goyaz e Mato Grosso, quando dificilmente se poderia avaliar a população índia da banda oriental, com que se tem muito trato e frequência”.

A constatação inicial é que a Amazônia aparece muito pouco na literatura jornalística da primeira metade do século XIX. O império lidava com problemas mais urgentes como a própria sucessão e integração territorial num continente tomado por formações políticas republicanas. Quando a Amazônia aparece, diz respeito a um domínio amorfo mais experimentado pelo estrangeiro do que pelo brasileiro, quer dizer, ainda carente de uma análise pelo intelecto nacional. Portanto, apresenta-se como uma invenção europeia.

Na década de 1840, intensificam-se os relatos de viajantes, desta vez também produzidos por autores norte-

americanos. O *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes do rio de Janeiro*, publicado entre 1843 e 1845, transcreveu em sua edição de 1 de julho de 1844, fragmento da “Viagem da cidade do Cusco ao Grão-Pará pelos rios Vilcamayo, Ucayali e Amazonas”, por D. José Manoel Valdes y Palacios (1842). A Amazônia aqui é vista como sendo abraçada pelos países percorridos pelo rio Amazonas, reaparecendo o sentido geomorfológico transnacional sugerido pela viagem de La Condamine. O redator do *Minerva*, comentando a obra, aponta para a riqueza da Amazônia e para seus recursos aparentemente *inesgotáveis*, através dos quais se refaz o imaginário paradisíaco:

Por outra parte a leitura desta obra e de outras semelhantes dará uma ideia precisa e clara dos recursos inesgotáveis da Amazônia. Os países (diz pouco mais ou menos a Biblioteca Popular), percorridos pelo Amazonas são as mais magníficas regiões do mundo, e não esperam senão braços, e uma alta civilização para se avantajarem a tudo quanto a imaginação pode afigurar-se de mais rico. Os mais preciosos minerais, os diamantes, as produções agrícolas as mais variadas, nelas se apresentam à porfia (p. 1).

Ainda na mesma década, em 23 de outubro de 1847, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, publicou excerto de expedição de Castelnau (Relatório do Sr. Castelnau), também copiado por *A Revista*, em 20 de novembro de 1847, pela edição de 11 de janeiro de 1848 do *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal* (RJ) e pelo *Correio Mercantil: Jornal Político, Commercial e Litterario* (BA), de 11 de janeiro de 1848. Nele, se lê sobre as diferenças étnicas das várias tribos que se dispersam pelo rio Amazonas, tendo como ponto final o encontro com missionários estabelecidos em Iquitos. As viagens desse naturalista inglês, que depois se estenderam para o Rio da Prata, demonstram um sentido internacional que se dava para a questão, com a qual entrarão em conflito os congressistas brasileiros. Esse conflito indica mais precisamente a tentativa de criar um sentido brasileiro para a Amazônia, apresentando o Brasil como o resultado *natural* do curso dos rios, quer dizer, como uma ilha fluvial derivada da

junção das bacias da Amazônia e do Prata.

Neste momento, lugares tão diversos como Recife, Salvador, São Luís e Rio de Janeiro já tematizaram, de um modo ou de outro, a Amazônia, apresentada como um lugar de riqueza mineral, potencialidades agrícolas, variedade étnica e vívido interesse estrangeiro. Mas é na década de 1850, como o demonstram em primeiro lugar os *Annaes do Parlamento Brasileiro*, sobretudo a partir das intervenções do político e jornalista Bento Tenreiro Aranha, que a Amazônia passa a ser discutida mais ativamente. Ela se apresenta então como uma região orientada pelo fluxo do grande rio Amazonas e ligada invariavelmente ao Brasil. A transformação do Amazonas numa província autônoma em 1850 deu força para o tópico Amazônia na imprensa e no Parlamento nacional. Isto ocorreu em virtude das dificuldades administrativas no Alto Amazonas, sobretudo depois das guerras cabanas que resultaram na interiorização massiva

dos cabanos. Em 14 de fevereiro de 1850, Bento Aranha argumentou, no Parlamento, a importância da civilização dos indígenas por meio da catequese, ao invés das violências que se vinham praticando, para que se pudesse garantir a posse efetiva da região:

Já que se falou em catequese, direi que é uma das fontes da moral e da prosperidade pública, e será muito principalmente para a província do Grão Pará, onde há mais de 200000 indígenas, naturalmente pacíficos, industriosos e aptos para a agricultura, para a pesca e caça e para a navegação: gostam de viver no descanso à sombra das árvores que lhes fornecem frutos e óleos preciosos. Se eu já não tivesse tomado tanto tempo à Casa, diria os nomes de cento e tantas tribos das mais conhecidas que habitam lá na região Amazônia (Sic); umas se compõem de 100 casais, outras de 300 pessoas, e algumas há de mais de 100 e por isso não posso dar o cômputo de todos ao certo. Muitas aldeias e povoações nos antigos tempos se formaram com essa gente primeira habitadora do Brasil; e por falar do que lá fizeram os jesuítas, direi somente que depois da sua retirada alguns padres e carmelitas empregados nas missões fizeram chegar muitos gentios ao grêmio da religião e da sociedade. Formaram-se aldeias, estabeleceu-se o diretório, diminuíram-se as missões, e sendo reduzidos ultimamente a três, mal podiam os missionários exaustos de meios, e sem certos auxílios conservar os catequisados nas aldeias e chamar outros à comunhão, mormente quando até sobre eles se estendeu o recrutamento e o baração que os cingia a serviços forçados, a pretexto de militares. Naturalmente pacíficos, nem

se uniram aos rebeldes da província senão alguns Maués; nem se quiseram sujeitar aos que os sucederam tão cruéis: para não serem vítimas preferiram os gentios embrenhar-se cada vez mais, e apenas na missão do Rio Branco e em outra achavam-se eles em aldeias. O nobre deputado o Sr. Miranda, na presidência do Pará promoveu a ideia do diretório: o governo começou a dar providências a bem da catequese, e já o mesmo nobre deputado em uma das sessões passadas teve o cuidado de aqui expor o quanto fez e quanto se tem passado a esse respeito: eu agora não farei mais do que corroborar com estes relatórios as opiniões emitidas acerca da catequese e diretoria dos índios, cuja instituição à nascença foi aniquilada (grifos nossos).

Em 12 de novembro de 1853, *O Liberal Pernambucano* (PE), que circulou entre 1852 a 1858, trouxe suplemento intitulado "O Amazonas e as Costas Atlânticas da América Meridional", que no seu capítulo III sugeria a integração de rotas fluviais entre a Bacia do Prata e a Bacia da região amazônica. Este é um tópico comum relativo à ideia de que, na formação do Brasil, o território está dado e se apresenta de forma natural. Bastaria somente que o Império o integrasse por meio de rotas de navegação fluvial. Ao mesmo tempo, a navegação e o subsequente povoamento das zonas

fronteiriças conteria a sanha invasora de outras nações:

No Velho Brasil, 19 de Janeiro, de 1854, Rio de Janeiro, em sua coluna sobre “política geral”, menciona a importância da criação de províncias, como a divisão do Pará e de São Paulo: “era isso urgente: o engrandecimento da região Amazonia (sic) sob a influência da navegação do grande rio, exigia o cuidado sempre presente de uma autoridade criadora, e na Coritiba o futuro que abre essa vasta região ao desenvolvimento da colonização, a necessidade de povoar e de assegurar a fronteira do império, não eram menos imperiosas (p. 1).

O *Observador* (MA), que circulou entre 1847 a 1861, em Correspondência do Interior vinda de Manaus em 13 de janeiro de 1858, referiu-se às eleições provinciais na Amazônia, quando a autoridade velou sempre na manutenção da ordem e tranquilidade pública: “À boa índole do povo da Amazônia deve-se o perfeito sossego que reinou durante os quatro dias do pleito eleitoral”. Para o Brasil, a região ia se integrando por meio da política e da navegação. Também no Maranhão, no *Jornal de Timon: Publicação Mensal* (MA), que circulou entre 1853 a 1858, contendo “Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão”, na

sua edição 6 de 1853, a Amazônia aparece como o último reduto em que se escondiam os indígenas “avessos” à civilização. Desta vez, são os *desertos da Amazônia*, num prenúncio dos *sertões de bárbaros*, ainda impermeáveis à modernização, questão com a qual se baterá toda a produção jornalística e literária regional até pelo menos a década de 1930. Diz o fragmento:

Veríamos aqui as diferentes tribos que compunham uma nação, aglomerar-se, para se extinguirem de todo, como os carijós e os patós, e ali, depois de deliberarem, no grande conselho, e com toda a gravidade indiana, os diversos interesses da nação, guiarem através das florestas até os desertos da Amazônia, onde ao fim cuidaram achar asilo seguro e impenetrável às invasões dos europeus.

No capítulo seguinte, continuando a abordagem dos textos impressos, nos deteremos na incorporação efetiva da imagem da Amazônia à identidade brasileira efetuada nas décadas seguintes.

3 Identidade e soberania nacional

A Cabanagem, evento marcante da formação sociopolítica amazônica, recebeu apenas uma menção na imprensa nacional no período de 1830 a

1840. Apesar disso, as tensões regionais ajudaram a tornar imperativa para as elites imperiais a questão do domínio territorial e transformaram a Amazônia num dos símbolos da soberania brasileira. Não apenas os cabanos estariam se rebelando contra o Império, mas estendendo a mão para interesses estrangeiros escusos que queriam sangrar a rica região. Como, portanto, integrá-la efetivamente à nação? Nas narrativas da imprensa, a Amazônia passa a ser mais claramente percebida durante as discussões sobre a navegação do Rio Amazonas, e que serão o prenúncio da ideologia predominante a partir da segunda metade do século XIX. Na *Sentinela da Monarchia* do Rio de Janeiro, edição de 14 de junho de 1843, já aparecia de forma explícita a questão dos interesses estrangeiros, como notados por Francivaldo Nunes (2012). Desta vez, há referência às *folhas inglesas* e ao seu *pérfido interesse no gigante Amazonas*.

O que receio, o que para mim é indubitável, é que o governo inglês, promovendo a reunião deste congresso, para tratar da navegação de um rio que ainda não está explorado, que ainda não é

conhecido em suas cabeceiras, tem por principal objeto conseguir destes povos o privilégio de navegar em suas águas, e assim apoderar-se do gigante Amazonas, e dentro de pouco tempo expelir de suas margens os ribeirinhos, exercer a mais peradas inspeção de todos os barcos dessa navegação interior, visita-los, detê-los, captura-los até o pretexto de negreiros, e assim acabar nossa navegação interna, como tem já acabado a longo curso e de costa a costa. As folhas inglesas não ocultam o pérfido pensamento de seu governo; elas asseveram que o Amazonas deve pertencer à Inglaterra, porque, segundo os princípios de economia política, os instrumentos de produção pertencem a quem deles sabe usar. Em uma palavra, tudo nos anuncia que a cobiça do governo inglês que saciar-se por algum tempo no Amazonas, quer levantar ali uma nova Calcutá, ainda mais majestosa que a do Indostão! (grifos nossos).

A imprensa local no Pará se referia ao risco de contágio pela presença da Inglaterra, que será substituído mais explicitamente, na década de 1850, pelos Estados Unidos. Na imprensa paraense, são anexados pronunciamentos do senador mineiro Bernardo Pereira de Vasconcellos referindo-se à usurpação territorial em agosto de 1843 (NUNES, 2012, pp. 59-60). É via esta pressão que a identidade nacional penetra e se cruza com as aspirações das elites regionais. O desconhecimento explícito do Brasil

sobre a região choca-se com o anseio de possuí-la de forma mais completa e abraçará-la definitivamente. Missão impossível para um Império fragmentado e com modestos recursos.

As narrativas do jornalismo incorporam a Amazônia no espaço brasileiro, ressaltando os riscos de constituir, senão um território independente, um anexo de qualquer superpotência que lá fincasse interesses comerciais. Como lembra Francivaldo Nunes, sobre o interesse crescente de norte-americanos no Grão-Pará,

os jornais no Brasil noticiavam essa possível ação dos Estados Unidos, como "invasão do Amazonas". Conforme noticiava o jornal Treze de Maio de 09 de novembro de 1853, reproduzindo a reportagem do *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, a provável "invasão" se materializaria com "a formação em New York de uma associação de aventureiros para empreenderem a todo custo à navegação do Amazonas, e que chegaram até a oferecer o comando da expedição a um oficial da marinha de guerra dos Estados Unidos" (NUNES, 2012, p. 58).

O progresso da região é dado como certo pelo carioca *Jornal do Commercio*, em 28 de novembro de 1851. Na sessão "Do progresso da navegação", o jornal diz esperar ansioso por um

contrato de navegação que permita a exploração daquelas terras cobiçadas:

A par de uma estrada de ferro, houve também que projetasse a navegação do Amazonas. Vendo o nosso descuido, alguém em uma das nações mais ousadas e empreendedoras que hoje existem, alguém calculou as consideráveis vantagens que poderia uma hábil empresa tirar dessa navegação. O exemplo do que no exterior se projetava abriu os olhos de nossos concidadãos; apresentou-se uma companhia nacional solicitando um contrato com o governo para essa navegação. O contrato ainda não está feito; longos meses têm decorrido depois da sua apresentação; mas enfim já as começou... já estamos adiantados! O mais virá a seu tempo para a semana; para o mês, para o ano que vem! Lembrem-se todos desse provérbio de eterna verdade – nem por muito madrugar se amanhece mais cedo; - basta que se amanheça lá pela volta do meio dia!

No *Correio Mercantil*, 31 de julho de 1852, ocorrem menções às expedições para a Amazônia de Tardy de Montravel e Castelneau, e por um viajante italiano que seria muito pouco conhecido, o "corajoso" Caetano Osculati. No mesmo jornal, em 20 de outubro de 1853, um fragmento sobre "as costas atlânticas da América Meridional" volta a mencionar a importância da navegação do rio Amazonas: "A questão pois de mais alta importância para aquelas repúblicas é a

livre navegação do Amazonas. A introdução de barcas de vapor sobre os seus afluentes seria acompanhada de muitos emigrantes, que em breve transformariam em perfeitos jardins os esplêndidos campos ao longo das margens”.

No *Diário do Rio de Janeiro* (RJ), que circulou entre 1821 a 1858, na sua edição de 31 de dezembro de 1853, o redator, respondendo ao apelo de um tenente norte-americano chamado Maury, reclama o Brasil não ser indiferente ao espírito do iluminismo, e que a navegação internacional seria uma consequência da liberdade conquistada pelo país. Nesta década, já começam a prevalecer os discursos sobre a importância da navegação internacional de várias potências, que tornariam possível vencer a escassez de recursos do Império:

Fique o tenente Maury certo, de que o Brasil, sempre leal em seus atos, sempre coerente com a civilização e luzes do século, não há de jamais impedir que o seio abençoado da Amazônia fique desconhecido; e mais ainda, que os Estados Unidos não de ter o direito de navegar no Amazonas, quando o Brasil conceder; ainda que para conceder esse

direito, sem levar a paz dos vizinhos, tenha de servir-se de toda a energia de povo independente. Também nós somos independentes como os Estados Unidos: conquistamos a liberdade americana que fruímos, com mão armada: tivemos uma nacionalidade e jamais deixaremos de a fazer respeitar por todos os povos cultos (grifos nossos).

O redator sugere ainda, comentando a fala do mesmo tenente Maury, que a posição do Brasil na América do Sul é de importância fundamental, fazendo-se estratégica a navegação dos seus rios para a integração continental. Segundo o mesmo jornal,

A proporção que se navegam as águas amazônicas, e que o Rio de Janeiro se for aproximando desse interior em sertões invioláveis, abriremos uma nova era a nessa existência social – aumentaremos em pouco tempo a nossa população – e milhões de recursos desconhecidos contribuirão a enriquecer-nos o nosso já tão rico país. A proporção que os vapores forem descobrindo nesse oceano interno – o Amazonas – os pequenos mundos de riquezas de toda a espécie, que aí jazem no estado selvagem, no cofre das florestas, iremos nós também dando civilização a povos que ainda se escondem do mundo, e para quem, com direito, há o dever de esclarecer e proteger (Ibid.).

Depois de iniciada a navegação a vapor pelo rio Amazonas, com Irineu Evangelista, as preocupações com a

construção de entrepostos comerciais, povoamento de vilas, fazendas e colônias de estrangeiros se tornaram mais prementes. A Amazônia, uma vez assegurada como posse, integrada ao Brasil pela navegação, precisaria ser povoada e converter-se em recursos. No *Jornal do Commercio*, 23 de julho de 1857, surge também a necessidade de bancos públicos “de combinação diversa em toda essa extensão de território que vai de Mato Grosso até a Amazônia, e daí até essas regiões meridionais do império, cuja prosperidade industrial só espera o momento em que os espíritos [ilegível] compreenderem que lhes cumpre conquistar a natureza utilizando-se das suas forças”.

Os anos 1860 parecem marcar um predomínio do Partido Liberal, fato visto na própria postura de D. Pedro II como “príncipe cidadão” e na aspiração ao cosmopolitismo cada vez mais pronunciada das elites brasileiras (SCHWARCZ, 1998). Nessa década, a navegação internacional, sinônimo de uma abertura do Brasil para as rotas de

comércio globais, já é dada como certa no discurso da imprensa. No *Correio mercantil*, em sua edição de 26 de abril de 1864, lê-se que

A abertura do Amazonas é questão já resolvida e em que hoje todos concordam; recomendada pelo governo ao parlamento, já as deputações reunidas das duas províncias mais diretamente interessadas apresentarão um projeto nesse sentido, que se acha em discussão, e um ilustre deputado pela província do Maranhão apresentou outro projeto fixando a data do 1º de janeiro de 1865 para que esse grandioso fato se realize em relação ao Amazonas e ao Rio Negro (p. 3).

Esta seria, num tópico que se tornou irredutível até os anos 1920, uma condição para o estabelecimento da civilização na Amazônia. Só assim povos laboriosos poderiam penetrar o Brasil e se fixar em suas fronteiras ainda movediças, explorando a agricultura e as “artes industriais”. A imprensa regional, numa espécie de culto da civilização europeia, buscaria a todo o custo demonstrar uma Amazônia perfeitamente aberta e capaz de ser incorporada pelo mundo moderno.

Na década final deste breve compilado de notícias, novos relatos de



viagens são incorporados, desta vez pela *Revista Ilustração Brasileira*, em Julho de 1876, através da "Viagem de Exploração ao Amazonas e ao Madeira", apresentando uma inovação editorial: desenhos feitos por M. Franz Keller-Leuzinger. O jornal anglófono *The Anglo-brazilian Times*, em 23 de maio de 1870, traz novo suplemento sobre a Amazônia, mencionando as condições climáticas e sua influência sobre a "composição racial" da região. Em suas edições subsequentes, já na década de 1880, o mesmo jornal mencionaria o:

prospering state and rapid progress in wealth of the Amazon provinces constitute na agreeable feature in the economic phenomena of the Brazilian empire, compensate largely for the stagnancy, or actual decline, of late times in the trade of several of the Southern provinces, and have for some years past brought safety to the calculation of revenue of four harrassed ministers of Finance (15 de Agosto de 1883).

Em 1870, aumentam as menções às novas rotas de navegação crescentemente abertas em território amazônico. A *Gazeta de notícias* multiplica as notícias sobre a subvenção da navegação em 1877. Já *A Constituição*,

Órgão do Partido Conservador do Pará, em 1883, anexa conferência recitada em Manaus por D. Antonio Macedo Da Costa, "Amazonia", contendo "meios de desenvolver sua civilização".

Por fim, os jornais *Correio do Brazil* e *Jornal do Commercio* ajudam a demonstrar esse influxo de um "liberalismo mitigado" no Brasil que iria durar até pelo menos a década de 1920. Para o *Correio do Brazil*, em edição de 23 de setembro de 1872, "a indústria é a única fonte de engrandecimento desta província; o comércio é a única via que pode aproveitar a abundância daquela fonte, dar estima e valor aos produtos daqueles mananciais de riqueza e promover a prosperidade da província". O jornal acrescenta que "o Pará cresce, desenvolve-se, progride a passos agigantados e na proporção das transações comerciais que alimenta por este vale. Antigamente era ele que pedia ao Maranhão mercadorias estrangeiras despachadas de sua alfândega; hoje o Pará envia para aquela província e para a do Ceará gêneros que excedem as

necessidades de suas operações comerciais". Em edição de 1872, o *Jornal do Commercio*, em sua seção "interior", buscando demonstrar a superioridade que o Partido Liberal constroi sobre o Conservador, diz que:

compreendam o governo central e o poder legislativo que necessitamos de prudentes medidas descentralizadoras; que precisamos de uma suspensão de direitos por cinco ou dez anos aos artigos importados do estrangeiro; e faça qualquer cousa nova que, facilitando e garantindo a emigração, nos provoque a iniciativa; e o Amazonas libertar-se-há do Pará, não para lutar vantajosamente com ele, como o poderia fazer, entregue uma vez aos seus próprios recursos, e sob a égide de medidas protetoras, mas para atingir, como país comercial e agrícola que poderá ser, a altura que lhe dão indisputável direito à fertilidade de seu solo e suas imensas riquezas naturais.

Incorrendo no imaginário edênico sobre a região, o *Jornal do Commercio* ajuda a ilustrar, em 1876, a perspectiva predominante que se montará sobre a região amazônica pelo menos em todo o século seguinte: um Éden aberto à colonização nacional, vasto celeiro que guarda riquezas: "no Amazonas – esse Éden – no Pará – esse paraíso – em Pernambuco, no Maranhão, em Mato Grosso, se um estrangeiro ou um nacional

quiser estudar as riquezas naturais, os imensos recursos mineralógicos, a flora esplêndida, os peixes, os insetos, etc. será impossível achar lugar onde possa fazer as necessárias pesquisas".

Considerações finais

A construção de um vocabulário sobre a Amazônia está intimamente vinculada, como comprovou Neide Gondim, ao imaginário mítico europeu. A ideia de uma terra edênica povoada de perigos tensionou o discurso dos viajantes que percorreram a região até pelo menos o século XIX. A partir da liberdade de imprensa no Brasil, em 1821, começaram a se criar recursos mais robustos para se pensar a região a partir de uma perspectiva endógena. A imprensa paraense se debateu, através de *O Paraense*, com as decisões relativas às Cortes de Lisboa e, via esta discussão, ajudou a cimentar uma identidade política regional em confronto com a identidade brasileira. Um clima de agitação regional, característico desta

tensão, começou a fermentar e estourou em 1835 na forma da Cabanagem.

Um tanto grosseiramente, dado esta ter sido apenas uma exposição breve, pode-se dizer que, na imprensa nacional, na década de 1830, o anseio nacional de conhecer esbarrou na ausência de dados mais substantivos produzidos por brasileiros. Os fragmentos recortados e copiados por jornais foram majoritariamente escritos por estrangeiros. Em 1840, a necessidade de povoar, diante do reconhecimento das tensões políticas regionais e da ingerência dos interesses ingleses, mudou também a linguagem dos jornais, sobretudo aqueles situados na sede do poder imperial. Em 1850, aquilo que parece ser uma nova onda de interesses, com o protagonismo norte-americano e formação de consenso sobre a navegação internacional, permite ver o crescimento progressivo do imaginário liberal, com atenção ao crescimento das classes médias e poderes locais, acarretando também num enfraquecimento do poder do Imperador.

Na década de 1860, a efetivação do predomínio político do Partido Liberal torna a navegação do rio Amazonas um fato, abrindo também a Amazônia para a formação de colônias de estrangeiros e dando margem de manobra para as províncias de Pará e Amazonas na gestão de seus recursos. Estamos então assistindo ao início da exploração comercial da goma elástica com o subsequente boom comercial da região e sua incorporação mais efetiva na nação. Por fim, em 1870, a última década compreendida por este artigo, as narrativas da imprensa não apenas dão como certo o progresso da região, como a apresentam como o futuro brasileiro, o celeiro mítico onde estariam armazenados recursos nunca exauridos.

Referências

A Constituição, Órgão do Partido Conservador do Pará, Belém, 1883.

A Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1877.

A Província, Órgão do Partido Liberal de Pernambuco, 1872-1880.

A Revista, Rio de Janeiro, 1847.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Rio de Janeiro, 1850-1870.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, João Carlos de. **A Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio Souza**. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2001.

Chronica Maranhense, São Luís, 1839.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**. A Imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Cejup, 1993.

Correio do Brazil, Rio de Janeiro, 1872-1876.

Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario, Salvador, 1848.

Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal, Rio de Janeiro, 1839-1848.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1821-1858.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 2004.

GREGÓRIO, Vitor Marcos, **Uma face de Jano: A navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

Jornal de Timon: Publicação Mensal, São Luís, 1853 a 1858.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1847-1857.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Minerva Brasiliense: Jornal de Sciencias, Letras e Artes, Rio de Janeiro, 1843-1845.

MUNARO, Luís Francisco. **O Jornalismo português em Londres**. Retrato de um tempo e de uma profissão. Rio de Janeiro: Publit, 2014.

MUNARO, Luís Francisco. **Rios de Palavras: A imprensa nas periferias da Amazônia**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

O Liberal Pernambucano, Recife, 1852-1858.

Observador, São Luís, 1847-1861.

PIZARRO, Ana. **As vozes do rio**. Imaginário e modernização. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: TA Queiroz, 1973.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**. 1998.

Sentinela da Monarchia, Rio de Janeiro, 1843.

The Anglo-brazilian Times, Rio de Janeiro, 1870-1883.